

A mobilidade populacional e as novas espacialidades metropolitanas: tendências do mercado de trabalho no contexto da reestruturação produtiva latino-americana e seus impactos sociodemográficos*

Ricardo Ojima[†]
Joseane de Souza Fernandes[‡]
Mario Marcos Sampaio Rodarte[§]

Resumo: O trabalho pretende analisar as relações entre a urbanização e a dinâmica populacional em seis regiões metropolitanas a partir das características de mobilidade populacional entre os municípios da sede e seu entorno; e do perfil do mercado de trabalho. Busca-se observar as tendências recentes da reconfiguração socioespacial da metrópole e os aspectos relacionados ao planejamento, tendo em vista que esse contexto demanda políticas públicas especialmente pensadas em escala regional, reduzindo a capacidade de soluções particulares na esfera municipal isoladamente. Para tanto, serão usados os dados do Censo Demográfico, da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de forma a caracterizar e identificar as tendências recentes no perfil da mobilidade (ou não) da população. Embora represente a situação das regiões metropolitanas brasileiras, conforme a literatura internacional aponta, trata-se de um processo global. Neste aspecto, considera-se que a discussão poderá suscitar troca de experiências com outras regiões da América Latina e proporcionar o debate a partir dessas características.

Palavras-chave: Migração; Urbanização; Metrópole; Novas Espacialidades

* “Trabajo presentado en el IV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en La Habana, Cuba, del 16 al 19 de noviembre de 2010”.

[†] Doutor em Demografia (NEPO/Unicamp) e mestre em sociologia (IFCH/Unicamp). Gestor de ensino e pesquisa da Fundação João Pinheiro (FJP-MG) e pesquisador colaborador do Depto de Demografia (DD/IFCH/Unicamp) e do Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp). E-mail: ricardo.ojima@fjp.mg.gov.br.

[‡] Doutora e mestre em Demografia (Cedeplar/UFMG). Pesquisadora em ciência e tecnologia da Fundação João Pinheiro (FJP-MG). Professora do Centro Universitário Newton Paiva (BH). E-mail: joseane.souza@fjp.mg.gov.br.

[§] Doutor em Demografia e mestre em economia (Cedeplar/UFMG). Professor da FACE/UFMG, pesquisador do Cedeplar/UFMG e coordenador da PED-RMBH, pelo DIEESE. E-mail: mrodarte@cedeplar.ufmg.br.

A mobilidade populacional e as novas espacialidades metropolitanas: tendências do mercado de trabalho no contexto da reestruturação produtiva latino-americana e seus impactos sociodemográficos *

Ricardo Ojima[†]
Joseane de Souza Fernandes[‡]
Mario Marcos Sampaio Rodarte[§]

Introdução

Com a redução dos grandes fluxos migratórios de grande distância que caracterizaram fortemente a dinâmica populacional brasileira, principalmente, nos anos 70 e 80, as análises dos processos intra-urbanos só passaram a ser estudados com mais intensidade mais recentemente. Os fluxos migratórios que antes pareciam ser mais homogêneos dentro destes contextos metropolitanos, hoje assumem novas características que se fundem com processos anteriores, o que muitas vezes torna difícil a visualização e compreensão de novos aspectos que emergem.

Uma modalidade de movimentos populacionais que emerge com mais intensidade nos anos 1990, é a chamada mobilidade pendular, caracterizada pelo fluxo regular entre local de residência e local de trabalho em municípios diferentes. Essa definição, embora não seja a mais ampla que o movimento pode assumir, tem sido muito utilizado por ser a informação contida nos Censos Demográficos, portanto, permite a análise desses processos de um modo abrangente e universal para todas as regiões metropolitanas. Até então, os estudos intra-urbanos no país buscavam explicitar a tese das especificidades do crescimento urbano brasileiro (e latino americano) no que tange as suas características particulares e a reprodução do capital na economia brasileira; identificando a dinâmica que gera e reproduz as desigualdades sociais das metrópoles (RIBEIRO; LAGO, 1994).

Na esteira desse debate, o termo “periferização” passa a ser designado indistintamente como um modelo analítico específico da estruturação do espaço nas metrópoles brasileiras. Esse é um paradigma que, embora parta do pressuposto espacial, abre mão da delimitação espacial e trata da segregação das camadas sociais de baixa renda aos espaços periféricos dentro da organização das metrópoles (HOGAN e OJIMA, 2008). Mas com as taxas de crescimento das áreas centrais reduzindo significativamente nas últimas décadas, o crescimento da população e uma dinamização da economia nos municípios do entorno, a configuração dos espaços metropolitanos assume novos contornos.

* “Trabajo presentado en el IV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en La Habana, Cuba, del 16 al 19 de noviembre de 2010”.

[†] Gestor de ensino e pesquisa da Fundação João Pinheiro (FJP-MG) e pesquisador colaborador do Depto de Demografia (DD/IFCH/Unicamp) e do Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp). E-mail: ricardo.ojima@fjp.mg.gov.br.

[‡] Pesquisadora em ciência e tecnologia da Fundação João Pinheiro (FJP-MG). Professora do Centro Universitário Newton Paiva (BH). E-mail: joseane.souza@fjp.mg.gov.br.

[§] Professor da FACE/UFMG, pesquisador do Cedeplar/UFMG e coordenador da PED-RMBH, pelo DIEESE. E-mail: mrodarte@cedeplar.ufmg.br.

Assim, emerge uma rede urbana onde as interações intermunicipais decorrentes se fortalecem como fruto de fluxos econômicos, populacionais e redes de articulação política cada vez mais complexa. Os municípios antes reconhecidos como “periféricos” em um sentido negativo, se tornam, cada vez mais, parte de uma forma de organização espacial metropolitana integrada onde sua importância relativa se torna cada vez maior (BAENINGER e OJIMA, 2008, p.142).

Em termos analíticos é simples trabalhar com o recorte centro-periferia, pois reforça a influência que o município-sede possui no seu contexto regional. Entretanto, no momento atual do processo de urbanização, a extensão e a centralidade da área de influência dessas regiões é muito mais ampla. As cidades-região, apontadas, entre outros, por Scott et al. (2001), identificam núdulos de expressão de uma nova ordem social, econômica e política. Considerar, portanto, os municípios do entorno metropolitano meramente como “região periférica”, lhes confere uma importância indevida na organização do espaço, visto que a metrópole é a soma dos valores de seus municípios e localidades. Ou seja, a metrópole deve ser entendida como uma unidade analítica que possui uma localidade central ou polarizadora, mas que não sobrevive sem se considerar a sua conjuntura regional.

A vida metropolitana se amplia para além da conurbação dos grandes centros urbanos, alterando, a imagem da cidade caótica que cresce como uma mancha de óleo. E surge a imagem de uma cidade polinucleada sem necessariamente apresentar continuidade física da mancha urbana, uma forma fragmentada espacialmente, mas ao mesmo tempo cada vez mais integrada por fluxos sociais e econômicos.

O que poderíamos chamar de cidade-dormitório, de modo pejorativo, na verdade apresenta uma diversidade de contextos, sobretudo se consideramos a redução dos fluxos de movimentos pendulares em direção à sede metropolitana, principalmente em relação à população ocupada no mesmo (OJIMA, SILVA e PEREIRA, 2007). Enfim, não se configuram apenas como os locais de destino daqueles migrantes com origem na sede metropolitana, mas de migrantes provenientes de regiões diversas do país. Atraídos pela luminosidade da metrópole, mas não necessariamente pela sede. Enfim, a metrópole não é mais a extensão da sede em termos de espaços para habitação, mas efetivamente uma rede de localidades que se complementa em termos de ocupações, empregos, espaços e dualidades.

É neste contexto que o trabalho apresenta inicialmente o perfil dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte a partir dos movimentos pendulares para os anos de 1980 e 2000, identificando o perfil dos municípios chamados de “cidades-dormitório”; assim, faremos uma breve discussão do contexto pelos qual tais municípios eram assim caracterizados e como estes processos mudam sutilmente ao longo do período considerado.

Posteriormente, com base em dados mais recentes de migração nos municípios da RMBH, discutiremos o perfil dos migrantes e sua característica em termos de ocupações. Busca-se com essa análise, ilustrar os processos recentes de reordenamento do espaço metropolitano em termos de sua complexidade e complementaridade. É neste contexto que se identificam novas espacialidades no contexto metropolitano de Belo Horizonte e que merecem atenção especial devido aos impactos e conseqüências que estas questões trazem ao planejamento urbano e regional. Dessa forma, colocaremos em debate a necessidade de novas articulações políticas pensando nessas novas espacialidades e como podemos enfrentar os desafios futuros que podem emergir a partir dessas reconfigurações do espaço intra-metropolitano.

Migração e mobilidade pendular em regiões metropolitanas

A informação de deslocamento pendular é um importante indicador de integração regional e tem sido alvo de pesquisas no Brasil desde a década de 70, principalmente em razão da demanda por definições das regiões metropolitanas. Mas foi só mais recentemente, a partir da divulgação dos resultados do Censo 2000, que passou a ser mais explorado em termos analíticos, embora ainda seja subutilizado frente às suas potencialidades. Do ponto de vista da análise da consolidação de cidades-região ou do processo de expansão urbana, este indicador pode nos dar algumas pistas importantes das formas de organização espacial intra-metropolitana.

No caso norte-americano, as áreas metropolitanas são definidas essencialmente pelo critério de *commuting* que é o termo utilizado para designar os movimentos diários entre uma subdivisão administrativa e outra em termos de local de residência e local de trabalho. Entretanto, o propósito da criação das áreas metropolitanas norte-americanas são basicamente para a preparação, apresentação e comparação de dados. Essa necessidade surgiu pela dificuldade de se comparar regiões com características e delimitações muito distintas em um território nacional tão abrangente como é o caso norte-americano.

Para cobrir essa lacuna, a partir de 1949 foram criadas as Standard Metropolitan Areas (SMAs) seguindo critérios quantitativos específicos de forma a dar suporte às agências governamentais, pesquisadores ou quaisquer outras entidades que tivessem interesse em um uso uniforme e comparável dos dados em uma escala nacional (FEDERAL REGISTER, 1998). Para a criação das SMAs, desde 1950 quando foram definidas pela primeira vez para a coleta dos dados do censo, o principal critério para a definição dos limites dessas áreas foi o percentual de movimentos pendulares.

Uma distinção fundamental em relação às regiões metropolitanas brasileiras é que as áreas metropolitanas nos Estados Unidos são revisadas regularmente, em ocasião dos levantamentos censitários e, dessa forma, podem ser reclassificadas de acordo com as mudanças nos processos intra-urbanos. Assim, da mesma forma que ao longo dos últimos anos o conceito e os critérios de definição das SMAs foram sendo refinados, também foram reagrupadas as localidades integrantes em cada uma dessas áreas conforme a dinâmica intra-urbana se desenvolvia.

No Brasil, as RMs são criadas a partir de legislação¹, tornando-as, assim, uma figura oficial onde os municípios que as compõe nem sempre apresentam critérios comparativos que permitam distinções muito claras com outras RMs. Nesse sentido, o uso das informações de mobilidade pendular poderiam ser consideradas como elementos importantes para se pensar o

¹ Lei complementar no 14, em 8 de junho de 1973, criando oficialmente as RMs de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo, sendo criada no ano seguinte a RM do Rio de Janeiro pela lei complementar no 20, totalizando nove RMs até o final do ano de 1974. Mas a partir da Constituição de 1988 instituiu-se, através do seu capítulo III, artigo 26, parágrafo 3º, que os Estados passariam a ter autonomia para definir quantas e como se constituiriam suas RMs, promovendo, então, o surgimento de diversas RM usando os critérios mais diversos de acordo com os interesses de cada Unidade da Federação.

próprio planejamento e os limites “reais”² de uma RM, considerando o grau de integração que estes possuem uns com os outros.

Se a mobilidade pendular sugere que as fronteiras territoriais se tornam cada vez mais difusas o que, de certa forma, é uma afirmação verdadeira. Entretanto, não equivale dizer que estas se tornam menos importantes ou irrelevantes; embora seja necessário extrapolar os recortes territoriais para a compreensão da dinâmica urbana, fortalece-se a demanda pela gestão integrada destes territórios. Portanto, novos desafios são criados para a gestão sustentável dos espaços urbanos.

O caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

A Região Metropolitana de Belo Horizonte possui 34 municípios e assim como as demais Regiões Metropolitanas brasileiras, apresenta grandes heterogeneidades em sua formação. Algumas cidades – como Belo Horizonte, Contagem e Betim – possuem um setor industrial bastante desenvolvido e constituem a principal aglomeração industrial de todo o estado de Minas Gerais. Por outro lado, a RMBH é também constituída por municípios onde o setor industrial é ainda modesto – como Santa Luzia, Vespasiano, Nova Lima, Ribeirão das Neves, dentre outros – e por municípios onde a dinâmica demográfica relaciona-se apenas indiretamente ao processo de industrialização e urbanização – como Confins, Florestal, Rio Manso, dentre outros.

Um primeiro ponto a se destacar seria o fato de admitirem que essa heterogeneidade no processo de formação do espaço se relaciona à concentração de investimentos – públicos e privados – em determinadas áreas, em detrimento de outras. Em segundo lugar, seria o fato de admitirem que o próprio processo de industrialização induz o surgimento de pequenas cidades no entorno daquelas de maior porte, entre as quais há complexas relações de dependência.

Nas RM's, a diferenciação do espaço tem se constituído um importante fator de seletividade populacional, na medida em que seus efeitos se fazem sentir sobre o preço da terra. Sendo assim, pode-se dizer que o mercado imobiliário tem contribuído para a mudança nos padrões migratórios em direção às RM's e, inclusive, internamente a elas. Na Tabela 1 encontram-se os fluxos interestaduais e intraestaduais em direção à RMBH entre 1986-1991 e 1995-2000. Como se pode notar, a RMBH recebeu mais imigrantes no quinquênio 1995-2000 comparativamente ao quinquênio 1986-1991. Apesar de Belo Horizonte se destacar como destino preferencial para a grande maioria dos imigrantes, seu poder de atração populacional diminuiu, ao longo daquele interregno. Em contrapartida, todos os vetores de expansão metropolitana receberam um número relativamente maior de imigrantes, principalmente os vetores Norte Central e Oeste, respectivamente.

² Podemos considerar que muitas vezes as RMs oficiais possuem uma característica pouco realista na medida que inclui alguns municípios que não possuem muitas interações populacionais, econômicas ou políticas com os demais municípios que a compõe.

Tabela 1 – Imigrantes interestaduais e intra-estaduais segundo vetor de expansão de destino, Região Metropolitana de Belo Horizonte (1986-1991 e 1995-2000)

BH e Vetores de Expansão	1986-1991		1995-2000	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Belo Horizonte	124.625	54,4	120.623	49,3
Vetor Oeste	56.046	24,5	63.828	26,1
Norte Central	24.461	10,7	30.588	12,5
Norte	6.178	2,7	8.438	3,5
Leste	4.651	2,0	5.507	2,3
Sul	5.233	2,3	5.685	2,3
Sudoeste	7.841	3,4	9.958	4,1
RMBH	229.035	100,0	244.627	100,0

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

Analisando as migrações intrametropolitanas, também referentes aos quinquênios 1986-91 e 1995-2000, percebe-se que, assim como os fluxos inter e intraestaduais, estas também aumentaram, ao longo do período considerado, estando associada ao acesso da população à infraestrutura urbana, ao custo de vida e, claro, às condições econômicas das famílias. Nesse caso, Belo Horizonte aparece como o grande fornecedor líquido de população para os demais municípios da RMBH, revelando sua baixa capacidade de retenção populacional, pois muitos daqueles que emigram de BH para os municípios do entorno são migrantes inter e intraestaduais atraídos para a Capital, e que posteriormente se acomodam em algum município da RM.

Na Tabela 2, o índice de eficácia migratória confirma a tendência de pequena retenção da população no município de Belo Horizonte em relação às migrações intra-metropolitanas. Assim, embora receba um volume significativo de migrantes inter e intra estaduais, também “expulsam” um contingente equivalente de pessoas para os municípios do entorno da sede metropolitana. Assim, se observarmos os dados das Tabela 1 e Tabela 2, podemos notar que o saldo migratório total de Belo Horizonte é praticamente inexpressivo em relação ao total de sua população. Tornando-se nas últimas décadas um local de circulação, no qual chega um volume grande de pessoas, mas onde poucos se mantêm. Sendo, então, um local de passagem para grande parte dos migrantes que se acomodam nos demais municípios da RMBH.

Tabela 2 – Migração intra-metropolitana, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Indicadores selecionados

BH e Vetores de expansão	1986-1991					1995-2000				
	I	E	SM	TLM	IndEfic	I	E	SM	TLM	IndEfic
BH	8.832	120.920	-112.088	-5,55	-0,864	17.228	141.138	-123.910	-5,54	-0,782
Oeste	79.871	26.418	53.453	7,49	0,503	89.339	49.855	39.484	3,93	0,284
Norte Central	55.209	7.302	47.907	14,23	0,766	66.600	14.807	51.793	9,9	0,636
Norte	6.721	4.926	1.795	1,37	0,154	11.574	5.469	6.105	3,69	0,358
Leste	6.770	3.255	3.515	2,86	0,351	9.667	4.970	4.697	3,1	0,321
Sul	4.533	4.100	433	0,37	0,050	8.217	4.942	3.275	2,38	0,249
Sudoeste	8.637	3.652	4.985	5,95	0,406	22.662	4.106	18.556	13,62	0,693

I: Imigrantes

E: Emigrantes

SM: Saldo Migratório

TLM: Taxa Líquida de Migração

IndEfic: Índice de Eficácia Migratória (I-E/I+E)

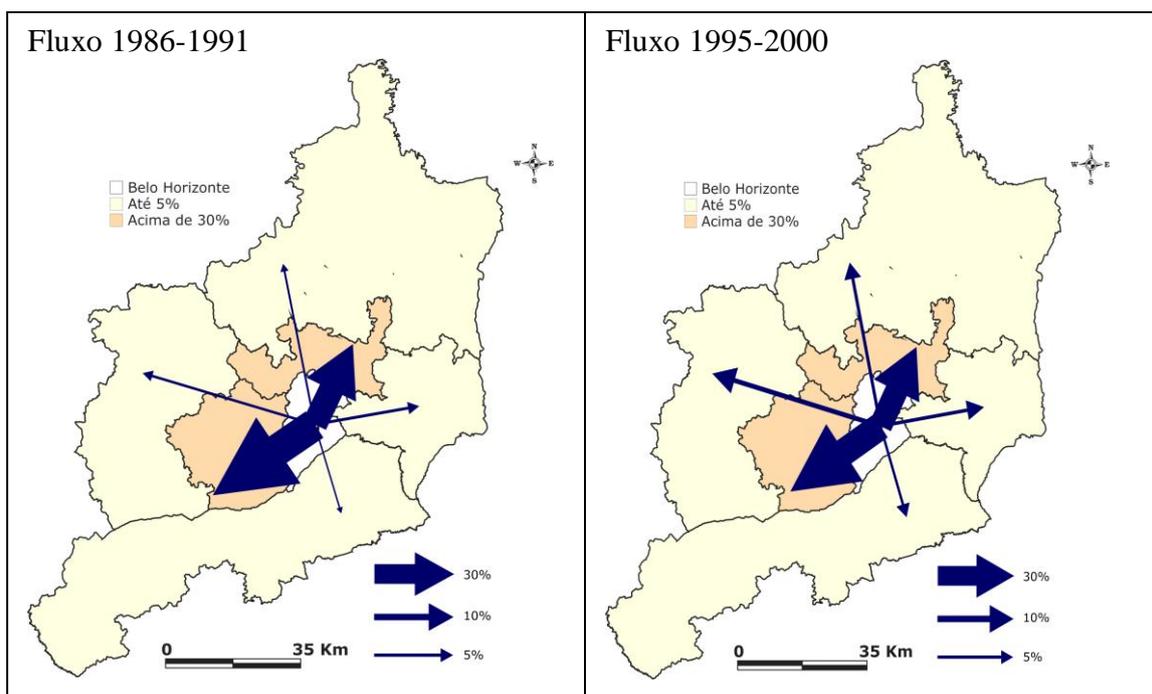
Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

Esse duplo processo – perda de poder de atração associada a uma redução da capacidade de retenção populacional – revela uma mudança no padrão migratório, em parte explicada pelas redes sociais que vão se formando ao longo do tempo, e também pelo aperfeiçoamento dos

sistemas de transporte e comunicação. No entanto, esse processo pode estar relacionado, ainda, a um processo mais complexo detectado por BAENINGER e OJIMA (2008) na Região Metropolitana de São Paulo e por LAGO (2007), na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, embora neste caso em menor intensidade. Estamos nos referindo ao processo de policentrismo, que, segundo VAZ (2003), nasce da heterogeneidade territorial e da necessidade de maior integração entre os espaços contíguos. Esta hipótese se torna mais robusta quando se constata que os processos econômicos, sociais e demográficos que ocorrem tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro acontecem também em Minas Gerais, com uma relativa defasagem temporal.

Os fluxos emigratórios de BH apresentam diferenças substanciais no que diz respeito às suas características demográficas e sócio-econômicas. Em relação às características demográficas, os fluxos foram classificados segundo a sua densidade. Como se pode notar na Figura 1, referentes aos fluxos intrametropolitanos ocorridos entre 1986-1991 e 1995-2000, apenas dois fluxos – em direção aos vetores de expansão Oeste e Norte Central - são de alta densidade; os demais fluxos são de baixa densidade. Note ter havido, entre os quinquênios 1986-1991 e 1995-2000, uma perda de densidade relativa do fluxo em direção à região Oeste, compensada pelo aumento da densidade relativa em direção ao Vetor Sudoeste, principalmente, e, com menor intensidade, pelo aumento da densidade relativa em direção aos Vetores Norte e Sul.

Figura 1 – Principais fluxos da emigração de Belo Horizonte para os vetores de expansão da RMBH (1986-1991 e 1995-2000)



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

Além de diferentes densidades, esses fluxos são significativamente distintos em relação às características sócio-econômicas dos emigrantes. Segundo SOUZA (2008), os atributos sócio-econômicos dos emigrantes intrametropolitanos de Belo Horizonte melhoraram do fluxo de 1986-1991 para 1995-2000. Esta afirmativa se baseia na observação da redução da participação relativa de analfabetos e do aumento da escolaridade e do rendimento médio dos integrantes dos fluxos.

A constatação do recrudescimento do número absoluto de analfabetos associada com a delimitação da melhoria da “qualidade” média do emigrante intrametropolitano belo-horizontino nos leva a inferir uma maior rigidez no processo de seletividade migratória no grande centro, abarcando um número alto de indivíduos com situação sócio-econômica relativamente melhor, elevando os atributos sócio-econômicos médios do fluxo. Em outras palavras, a melhoria dos fluxos se deve antes a uma seletividade populacional mais rígida no núcleo do que a uma melhoria efetiva da qualidade do emigrante belo-horizontino.

Observando a distribuição relativa destes emigrantes segundo os atributos sócio-econômicos e o vetor de expansão de destino percebe-se tanto no fluxo 1986-1991 quanto no fluxo 1995-2000 um número relativamente alto de analfabetos em direção aos Vetores Sudoeste e Norte Central. A presença de analfabetos é também significativa – embora menos intensa – nos fluxos emigratórios em direção aos Vetores Norte e Leste; já naqueles em direção ao Vetor Oeste e, sobretudo, em direção ao Vetor Sul, a presença de analfabetos é bastante baixa, o que nos leva a admitir “uma tendência de regionalização do analfabetismo e de sua concentração” (SOUZA, 2008).

Os fluxos em direção aos Vetores Sudoeste e Norte Central se caracterizaram, também, pelos baixos níveis – os mais baixos de toda a RMBH - de escolaridade e rendimento dos emigrantes. No oposto extremo, temos aquele em direção ao Vetor Sul, com uma escolaridade média de 10,8 anos de estudo e rendimento médio em torno de 9,5 salários mínimos. Segundo SOUZA (2008), os fluxos de baixa densidade em direção aos vetores Norte e Sul são bastante heterogêneos, constituídos por muitos indivíduos pobres e com baixa qualificação profissional e também por muitos indivíduos pertencentes às classes sociais mais elevadas, que saem de Belo Horizonte à procura de uma melhor qualidade de vida nos condomínios fechados localizados em municípios pertencentes a estes vetores. Esses fluxos marcam uma periferização, ainda que incipiente, da riqueza, na RMBH. No entanto, como os fluxos de alta densidade e também aqueles de baixa densidade em direção aos vetores Sudoeste e Leste são bastante homogêneos e constituídos, em sua grande maioria, por indivíduos com baixos níveis de escolaridade e rendimento, a periferização da pobreza, foi a característica marcante do processo de organização do espaço urbano na RMBH.

Os movimentos pendulares

Do total de movimentos pendulares no ano de 1980 na RM de Belo Horizonte, a maior contribuição é do município de Contagem tanto em 1980 como em 2000, com cerca de 38 mil pessoas que residem nesse município, mas que trabalham em outro município. Este total de pessoas representa, no total de movimentos pendulares da RM, aproximadamente 30%. Valor que, embora tenha aumentado em termos absolutos no ano de 2000 (79 mil pessoas), em termos relativos apresentou queda significativa (21%), apontando para uma desconcentração dos municípios contribuintes no total de movimentos pendulares na RM.

O município sede da RM, Belo Horizonte, no ano de 1980 era o segundo maior em termos do peso relativo de movimentos pendulares no total da RM. Uma em cada quatro pessoas que realizavam movimentos pendulares na RM de Belo Horizonte residia no município sede no ano de 1980. Esse peso reduziu significativamente no ano de 2000, passando a representar apenas 13% do total de movimentos pendulares da RM. Em termos absolutos, esse crescimento foi de cerca de 16 mil pessoas no período.

Entretanto, os dados de movimentos pendulares dentro de uma RM podem ser considerados a partir do peso relativo que essa parcela da população (que saem ou que chegam para/de em

outro município) possui na população residente em cada município. De certa maneira, essa informação seria aquela que caracterizaria as chamadas cidades-dormitório, pois em linhas gerais, seriam aqueles municípios (sobretudo, pertencentes a RMs) onde parte significativa da população residente não trabalha (ou estuda) no mesmo local onde reside.

No caso da RM de Belo Horizonte, cerca de 8% e 12,5% da população em 1980 e 2000, respectivamente, realizava movimentos pendulares³. Ou seja, residiam em município diferente daquele onde trabalhava ou estudava. Mas se considerarmos a população ocupada⁴, essa proporção aumenta significativamente, passando para 11,5% e 18%, em 1980 e 2000, respectivamente; o que indica a seletividade por idade deste tipo de movimento. Como destacam Ojima, Silva e Pereira (2007), 92% dos movimentos pendulares se concentram na faixa de idade entre 15 e 64 anos.

A partir dessa informação, seria mais fácil caracterizar a importância dos movimentos pendulares dentro do contexto municipal, pois Contagem e Belo Horizonte assumem posição de destaque na distribuição total da pendularidade da RM de Belo Horizonte por terem também os maiores contingentes demográficos da RM. Assim, quando consideramos o peso relativo da população que realiza movimentos pendulares pela população do município de origem, ganham destaque outros municípios que, embora apresentem um volume menor de movimentos pendulares se considerada a RM como um todo, esse volume representa parcela significativa da população local.

³ Em termos absolutos: 128 mil pessoas no ano de 1980 e 372 mil em 2000.

⁴ Neste caso, consideramos como ocupada a população de 15 a 64 anos de idade que trabalhava ou estudava no momento do Censo.

Tabela 3 – População ocupada que realiza movimentos pendulares e peso relativo sobre a população local segundo municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (1980 e 2000).

Município	Município de origem				Município de destino			
	1980		2000		1980		2000	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Baldim	63	2,7	277	8,4	53	2,2	50	1,5
Belo Horizonte	32.358	4,1	48.298	4,3	99.842	12,6	284.517	25,2
Betim	4.012	14,6	33.273	25,5	13.536	49,1	25.015	19,1
Brumadinho	687	11,4	1.701	14,6	209	3,5	856	7,4
Caeté	529	5,1	3.302	21,5	274	2,6	355	2,3
Capim Branco	521	31,2	1.177	34,8	30	1,8	128	3,8
Confins	*	*	624	29,2	*	*	814	38,1
Contagem	38.278	36,2	79.467	31,6	15.779	14,9	45.377	18,1
Esmeraldas	306	5,2	5.976	31,6	253	4,3	846	4,5
Florestal	223	12,6	165	7,1	61	3,4	260	11,1
Ibirité	6.024	49,8	28.962	54,1	311	2,6	2.371	4,4
Igarapé	552	10,4	1.878	17,9	285	5,3	762	7,3
Itaguara	39	1,1	340	6,7	75	2,2	71	1,4
Itatiaiuçu	57	3,1	287	7,9	90	4,9	330	9,1
Jaboticatubas	17	0,5	441	7,5	48	1,3	151	2,6
Juatuba	*	*	1.348	20,0	*	*	1.070	15,9
Lagoa Santa	822	11,9	3.064	17,7	727	10,6	1.700	9,8
Mário Campos	*	*	1.511	35,4	*	*	137	3,2
Mateus Leme	592	9,1	1.500	14,4	687	10,5	729	7,0
Matozinhos	1.094	19,0	2.258	16,6	798	13,8	1.349	9,9
Nova Lima	3.923	26,1	8.120	26,5	1.555	10,3	4.703	15,4
Nova União	113	9,9	330	14,5	29	2,5	19	0,8
Pedro Leopoldo	1.191	9,9	3.505	14,8	1.194	9,9	2.257	9,5
Raposos	1.613	44,3	2.639	44,4	50	1,4	96	1,6
Ribeirão das Neves	13.856	66,5	56.925	53,4	197	0,9	3.159	3,0
Rio Acima	343	23,5	741	23,5	101	6,9	178	5,6
Rio Manso	6	0,4	130	6,3	10	0,7	101	4,9
Sabará	12.723	56,4	24.819	48,3	594	2,6	1.817	3,5
Santa Luzia	6.923	34,0	38.297	47,5	2.142	10,5	3.015	3,7
São Joaquim de Bicas	*	*	1.450	20,3	*	*	803	11,2
São José da Lapa	*	*	2.382	36,3	*	*	899	13,7
Sarzedo	*	*	2.718	37,6	*	*	484	6,7
Taquaraçu de Minas	58	5,8	78	5,0	11	1,1	63	4,0
Vespasiano	1.089	13,3	14.268	43,9	1.758	21,4	3.759	11,6
TOTAL	128.012	11,5	372.251	18,1	140.699	8,6	388.241	13,1

(*) Sem informações. Município criado no período intercensitário.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980 e 2000

A Tabela 3 permite identificar, portanto, aqueles municípios que poderiam, a partir de um critério de movimentos pendulares, serem denominados de cidades-dormitório. A literatura aponta, entre outras características, que as cidades-dormitório seriam aquelas onde parte significativa da população apenas reside no município, executando suas atividades diárias (especialmente o trabalho) em outro município. No caso da RM de Belo Horizonte, o município de Ribeirão das Neves está entre os que mais se destacam nessa condição para o ano de 1980, com 66% da população entre 15 e 64 anos ocupada do município.

O que podemos perceber é que entre 1980 e 2000, houve um aumento tanto no volume absoluto como no peso relativo que essa parcela da população possui na população total da RM. Isso aponta para dois fatores importantes: a mobilidade pendular se torna cada vez mais um processo social de relevância regional e, ainda, que nesse período há um processo de desconcentração em relação aos pólos tradicionais de atração (como a sede metropolitana). Neste sentido, podemos destacar a partir da Tabela 3, o surgimento de centralidades que, embora não tenham grande participação no total da população da RMBH, se constituem como localidades importantes se considerado o peso que os movimentos pendulares representam na população desses municípios. Podemos citar o caso de Confins, Juatuba, Nova Lima e até

mesmo Contagem (que apresentou um aumento do peso relativo de movimentos pendulares com destino neste município). Destaca-se também o caso de Betim, onde em 1980, recebia de outros municípios cerca de 50% da população ocupada; mas que, em 2000, teve essa participação reduzida para apenas 19%. Isso indica que mesmo os municípios pequenos possuem uma um importante efetivo da sua população proveniente de municípios diferentes.

Mobilidade pendular e mercado de trabalho

A PIA⁵ da RMBH que era de 3.173 mil pessoas, em 1996, aumentou para 4.178 mil pessoas, em 2009, tendo crescido a um ritmo médio anual de 1,98%, nesse interregno. É notória a diferença do ritmo de crescimento da PIA belo-horizontina, comparativamente à dos demais municípios da RMBH (Tabela 4), ressaltando-se que em ambos os casos as taxas de crescimento da PIA apresentaram-se decrescentes do período 1996-2003 para o período 2003-2009. Essa redução no ritmo de crescimento da PIA da RMBH reflete tanto a redução dos níveis de fecundidade quanto o declínio do poder de atração da Região Metropolitana que embora ainda se destaque como o destino preferencial dos migrantes inter e intraestaduais, tem atraído um número relativamente menor de indivíduos, a cada ano. Internamente, deve-se ressaltar que o aumento da emigração intrametropolitana a partir do município-sede potencializa a redução do ritmo de crescimento da PIA no grande centro, ao passo que arrefece o ritmo da redução desta taxa nos municípios periféricos.

Tabela 4 - Estimativas médias das populações em idade ativa (PIA) economicamente ativa (PEA) e suas componentes, por ano, segundo município de residência - Região metropolitana de Belo Horizonte - 1996/2000/2003/2006/2009

Especificações	(Em mil pessoas)							
	Ano					Taxas de crescimento (em % a. a.)		
	1996	2000	2003	2006	2009	2003/1996	2009/2003	2009/1996
Município-sede								
PIA	1.787	1.901	1.969	2.036	2.094	1,4	1,0	1,2
PEA	1.033	1.104	1.185	1.242	1.261	2,0	1,0	1,5
Desempregados	121	178	211	156	110	8,3	-10,3	-0,7
Ocupados	912	926	974	1.086	1.151	0,9	2,8	1,8
De 15 a 64 anos	890	907	951	1.063	1.122	1,0	2,8	1,8
Inativos (10 anos e mais)	754	797	784	794	833	0,6	1,0	0,8
Demais municípios da RMBH								
PIA	1.386	1.628	1.794	1.948	2.084	3,8	2,5	3,2
PEA	762	930	1.087	1.161	1.240	5,2	2,2	3,8
Desempregados	107	189	251	181	156	13,0	-7,6	2,9
Ocupados	655	741	836	980	1.084	3,5	4,4	4,0
De 15 a 64 anos	640	728	821	965	1.066	3,6	4,4	4,0
Inativos (10 anos e mais)	624	698	707	787	844	1,8	3,0	2,4

Fontes dos dados básicos: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT, SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP).

A PEA da RMBH – parcela da PIA que se encontra em uma situação de trabalho ou tem disponibilidade para trabalhar - cresceu a uma taxa média anual de aproximadamente 2,4% entre 1996 e 2009. Como se pode notar, seu crescimento foi significativamente mais acelerado que o crescimento da PIA metropolitana, sendo também notória a diferença de ritmo de crescimento da PEA belo-horizontina comparativamente à PEA dos demais

⁵ População em Idade Ativa – por definição a população com idade igual ou superior a 10 anos. Conceito adotado pelo DIEESE e pela PED.

municípios da RMBH - enquanto em Belo Horizonte a PEA cresceu a uma taxa média anual de 1,5%, entre 1996 e 2009, nos demais municípios, essa taxa de crescimento foi de 3,8%.

Analisando as taxas de crescimento das populações componentes da PEA, observa-se uma aceleração do ritmo de crescimento da população ocupada residente no grande centro urbano e nos demais municípios da RMBH, entre os períodos 1996-2003 e 2003-2009, ressaltando-se, inclusive, que nos dois períodos, o crescimento desta população foi significativamente maior nos municípios periféricos.

As taxas de crescimento da população desempregada, que, entre 1996 e 2003, além de positivas eram muito elevadas, declinaram, assumindo valores negativos, no período 2003-2009. Esse resultado, que indica a redução – em números absolutos – da população desempregada da RMBH, reflete o bom desempenho da atividade econômica da RMBH, no período em questão. Também neste caso, as diferenças entre as taxas do grande centro e dos demais municípios da RMBH são patentes, sendo que a taxa de decréscimo da população desempregada foi menor para o conjunto dos municípios periféricos, levando-nos a admitir que nas trocas intrametropolitanas é possível que haja um número relativamente alto de desempregados no fluxo originário em Belo Horizonte.

Analisando em conjunto esses resultados, admitidos que o ritmo de crescimento do mercado de trabalho dos municípios periféricos tem sido maior que o ritmo de crescimento do mercado de trabalho belo-horizontino. Esses resultados reforçam a tese de estar havendo uma descentralização - ainda que incipiente e tardia em relação às experiências de São Paulo e Rio de Janeiro - da atividade produtiva na RMBH. Como sabemos, a distribuição espacial da atividade produtiva é um dos principais determinantes dos fluxos (origem-destino) migratórios. E, apesar da migração intrametropolitana estar inegavelmente relacionada a fatores de expulsão no grande centro, ela parece estar cada vez mais relacionada ao aumento do poder de atração – em função do mercado imobiliário, mas também em função do desenvolvimento dos setores produtivos - de alguns municípios pertencentes à RMBH.

A taxa de participação no mercado de trabalho – aquela que reflete a relação entre a PEA e a PIA de determinada região – cresceu, na RMBH, entre 1996 e 2006, período a partir do qual experimentou ligeiro declínio. Em todo o período, as taxas de participação do município-sede apresentaram-se superiores às dos demais municípios da RMBH, embora a diferença entre elas tenha diminuído ao longo do tempo, refletindo o aumento em média mais acelerado das taxas de participação entre os últimos. Esses resultados nos levam a admitir que muitos indivíduos que estavam na PIA, mas declaravam-se inativos (como os desempregados por desalento, que, desencorajados pelas condições do mercado, interromperam a procura por emprego), decidiram retornar ao mercado de trabalho metropolitano, nesse período (Tabela 5).

Tabela 5 - Estimativas médias das populações em idade ativa (PIA) economicamente ativa (PEA) e suas componentes, por ano, segundo município de residência, Região metropolitana de Belo Horizonte - 1996/2000/2003/2006/2009

Taxas	(Em %)							
	Ano					Taxas de crescimento (em % a. a.)		
	1996	2000	2003	2006	2009	2003/1996	2009/2003	2009/1996
Taxas de participação								
RMBH	56,7	57,7	60,4	60,4	59,9	0,9	-0,1	0,4
Município-sede	57,8	58,1	60,2	61,0	60,2	0,6	0,0	0,3
Demais mun. da RMBH	55,0	57,1	60,6	59,6	59,5	1,4	-0,3	0,6
Taxas de desemprego								
RMBH	12,7	17,8	20,0	13,8	10,3	6,7	-10,5	-1,6
Município-sede	11,7	16,1	17,8	12,6	8,7	6,2	-11,2	-2,3
Demais mun. da RMBH	14,1	20,3	23,1	15,6	12,6	7,3	-9,6	-0,9

Fontes dos dados básicos: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT, SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP).

Outro indicador imprescindível para se analisar o mercado de trabalho é a taxa de desemprego, que se refere à proporção da PEA que se encontrava desempregada em determinado momento. A taxa de desemprego, que era de 12,7%, em 1996, atingiu, em 2003, o nível de 20%; a partir de 2003, a taxa de desemprego declinou continuamente na RMBH, chegando, em 2006, a 13,7% e, em 2009, apesar da crise econômica internacional do ano anterior, a 10,3%.

Em todos os períodos analisados, as taxas de desemprego do grande centro apresentaram-se inferiores àquelas conjuntamente exibidas pelos municípios periféricos. E, em ambos os casos, estas taxas apresentaram comportamento semelhante àquele descrito para a RMBH. Observe na Tabela 5, que as taxas de crescimento do desemprego que apresentaram-se positivas e elevadas tanto para BH quanto para os demais municípios da RMBH, durante o período 1996-2003, apresentaram-se negativas no período seguinte. Note, porém, o arrefecimento mais lento do desemprego nos demais municípios da RMBH, reforçando a hipótese de grande participação relativa de indivíduos desempregados, nos fluxos migratórios intrametropolitanos originários em Belo Horizonte.

Sendo a distribuição espacial da atividade produtiva fator determinante dos fluxos migratórios, é de se esperar uma mudança nas características dos fluxos migratórios intrametropolitanos, como a manifestação de novas origens e novos destinos de importância relativamente elevada, assim como um recrudescimento e uma maior variedade da mobilidade pendular, por motivo trabalho, no espaço metropolitano, nos próximos anos. Segundo os dados da PED, referentes ao período 1996-2009, em torno de 93% da PEA ocupada residente em Belo Horizonte trabalham no próprio município sede. Dentre os que trabalham em município diferente do município de residência, a pendularidade é predominantemente de caráter intrametropolitano. Apenas em torno de 1% da PEA ocupada e residente em BH declarou trabalhar em município exterior à RMBH.

Quando consideramos os demais municípios da RMBH, a situação é diversa; sendo a pendularidade expressivamente mais elevada. Em 2009, o último da série estudada, 54,2% da PEA ocupada trabalhava no mesmo município de residência; então, 45,8% da PEA ocupada trabalhavam em município diferente daquele de residência e, portanto, realizavam a mobilidade pendular, predominantemente em direção a Belo Horizonte (36%) e para os demais municípios da RMBH (9%). A mobilidade pendular com municípios exteriores à

RMBH, estimada residualmente, não atinge 1% da PEA ocupada residente nos demais municípios da RMBH.

Analisando mais atentamente os resultados da PED, percebe-se que a pendularidade dos demais municípios com Belo Horizonte, apesar de elevada, apresenta tendência declinante, compensada pelo aumento da pendularidade entre os demais municípios da RMBH. Segundo resultados da PED, a mobilidade pendular a partir de BH para os demais municípios da RMBH que crescia a uma taxa de 1,6% entre 1996 e 2003 passou a crescer a uma taxa média anual de 2,2% no período 2003-2009. Já a pendularidade originária no entorno em direção ao município-sede, que crescia a uma taxa média anual de 2,5% entre 1996 e 2003, passou a crescer ainda mais aceleradamente, atingindo um ritmo médio anual de 4,2%, no período 2003-2009. No entanto, o que mais chama a atenção é o comportamento da pendularidade entre os demais municípios: essa pendularidade é a que mais cresce, na RMBH. A taxa que era de 3,5% entre 1996 e 2003 praticamente dobrou no período seguinte, quando alcançou o nível de 6,7% ao ano.

Em relação aos setores de atividades, a lógica de concentração espacial da indústria implicava expressiva mobilidade pendular dos seus ocupados. Pelas evidências apresentadas na Tabela 6, dos residentes em Belo Horizonte que trabalhavam na indústria, 17% das vagas ocupadas estavam localizadas em outros municípios da RMBH. A proporção de pendulares era maior entre os trabalhadores residentes fora do município-sede, uma vez que apenas 58,9% destes moravam no mesmo município em que exerciam seu trabalho. No movimento do trabalho para o lar, era levemente mais expressiva a parcela de trabalhadores que se deslocava entre municípios da RMBH que aqueles que tinham de se dirigir ao município-sede para trabalhar (20,6% e 18,6%, respectivamente).

Tabela 6 - Distribuição dos ocupados de 15 a 64 anos, por município de residência e deslocamento para o trabalho, segundo setor e ramo de atividade – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2009

(Em %)

Setores e ramos	Residentes no município-sede				Residentes nos demais mun. da RMBH				
	Não- pendu- lares	Pendula- res c/ demais mun. da RMBH	Pendula- res demais casos (1)	Total	Não- pendu- lares	Pendu- lares com BH	Pendula- res c/ demais mun. da RMBH	Pendu- lares demais casos (1)	Total
Total	93,2	5,8	1,0	100,0	54,2	36,0	9,0	(6)	100,0
Indústria	80,6	17,2	(6)	100,0	58,9	18,6	20,6	(6)	100,0
Construção civil	95,3	3,1	(6)	100,0	51,3	41,3	(6)	(6)	100,0
Comércio	93,0	6,5	(6)	100,0	56,8	35,9	7,1	(6)	100,0
Serviços	94,9	4,4	(6)	100,0	53,9	38,7	7,0	(6)	100,0
Admin. pública (2)	94,2	(6)	(6)	100,0	55,2	35,9	(6)	(6)	100,0
Serviços sociais (3)	94,0	5,2	(6)	100,0	51,4	42,6	(6)	(6)	100,0
Serviços pessoais (4)	97,8	(6)	(6)	100,0	68,4	28,4	(6)	(6)	100,0
Serviços auxiliares (5)	96,7	(6)	(6)	100,0	34,2	58,9	(6)	(6)	100,0
Demais serviços	93,4	5,9	(6)	100,0	54,4	35,5	9,6	(6)	100,0
Serviços domésticos	98,8	1,1	(6)	100,0	44,2	51,7	(6)	(6)	100,0
Demais	(6)	(6)	(6)	100,0	(6)	(6)	(6)	(6)	100,0

Fontes dos dados básicos: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT, SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP)

(1) Inclui ocupados que trabalham em mais de um município e aqueles que trabalham em município fora da RM

(2) Inclui serviços das organizações governamentais, forças armadas, polícia, e serviços urbanitários e de utilidade

(3) Inclui serviços creditícios e financeiros, educação, saúde, e comunicações;

(4) Inclui os diversos serviços pessoais e de alimentação;

(5) Inclui os serviços auxiliares da agricultura, comércio, indústria, financeiros, transporte, atividade econômica em geral, e serviços especializados;

(6) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Pelo fato dos serviços responderem por uma fatia maior do mercado de trabalho (56,6%) era esse o setor mais responsável pela mobilidade pendular, em termos absolutos. Isso deve ser atribuído, em geral, à grande concentração dos ramos de serviços mais pujantes na capital. Entre os moradores dos demais municípios da RMBH, mais da metade dos ocupados no ramo de serviços auxiliares tinham de se deslocar para a capital para trabalhar (58,9%). Já nos serviços sociais o mesmo ocorria com 42,6% dos ocupados provenientes dos demais municípios da RMBH.

Entre os ocupados residentes nos demais municípios da RMBH que trabalhavam na capital, quanto às variadas formas de inserção na ocupação, observou-se que, de um lado, predominavam assalariados formais e, de outro lado, empregados domésticos. Observou-se que entre os assalariados com carteira no setor privado, no setor privado, residentes nos demais municípios da RMBH, 43,1% trabalhavam na capital, enquanto 13,4% se ocupavam vagas existentes em outros municípios da RMBH. Assim, apenas 42,5% conseguiam ocupação no próprio município em que residiam. Tal comportamento reflete o maior grau de formalização do setor industrial e os ramos de serviços sociais e auxiliares da atividade produtiva. Em relação aos empregados domésticos residentes nos demais municípios da RMBH, mais da metade tinham suas ocupações na capital (51,7%).

Tabela 7 - Distribuição dos ocupados de 15 a 64 anos, por segundo município de residência e deslocamento para o trabalho, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2009

(Em %)

Posição na ocupação	Residentes no município-sede				Residentes nos demais mun. da RMBH				Total
	Não-pendulares	Pendula-	Pendula-	Total	Não-pendulares	Pendula-	Pendu-	Total	
		res c/ demais mun. da RMBH	res demais casos (1)			res c/ demais mun. da RMBH	lares demais casos (1)		
Total	93,2	5,8	1,0	100,0	54,2	36,0	9,0	(2)	100,0
Assalariados	91,6	7,4	1,0	100,0	47,7	39,7	11,6	(2)	100,0
Setor priv. c/ carteira	90,8	8,2	(2)	100,0	42,5	43,1	13,4	(2)	100,0
Setor priv. s/ carteira	95,2	(2)	(2)	100,0	62,5	31,7	5,3	(2)	100,0
Setor público	91,9	6,9	(2)	100,0	61,4	29,8	8,1	(2)	100,0
Autônomos	97,1	(2)	(2)	100,0	78,0	19,0	(2)	(2)	100,0
Que trab. para o público	98,0	(2)	(2)	100,0	81,7	16,2	(2)	(2)	100,0
Que trab. para empresa	94,6	(2)	(2)	100,0	63,9	30,2	(2)	(2)	100,0
Empregadores	92,7	(2)	(2)	100,0	73,3	(2)	(2)	(2)	100,0
Empregados domésticos	98,8	(2)	(2)	100,0	44,2	51,7	(2)	(2)	100,0
Demais	96,9	(2)	(2)	100,0	82,4	(2)	(2)	(2)	100,0

Fontes dos dados básicos: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT, SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP)

(1) Inclui ocupados que trabalham em mais de um município e aqueles que trabalham em município fora da RME

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A classificação em grupos ocupacionais que retratam a pirâmide organizacional da atividade produtiva, em que as atividades de concepção e organização representam o topo, sendo a base composta de atividades braçais, de esforço repetitivo e tidas como “mal definidas” pode trazer elementos para melhor compreender as interações entre mercado de trabalho e movimentos pendulares. Pela Tabela 8, observa-se que as unidades produtivas localizadas em Belo Horizonte demandam dos municípios do seu entorno mão-de-obra para preencher vagas nas atividades de execução não-qualificadas e de apoio. Nesses grupos ocupacionais, as proporções de residentes nos demais municípios da RMBH que trabalhavam na capital eram de 41,1 e 48,1%, respectivamente. No fluxo inverso, ou seja, de trabalhadores da capital que trabalhavam nos municípios do entorno, os trabalhadores envolvidos exerciam atividades mais elaboradas. Entre os trabalhadores de Belo Horizonte que ocupavam postos de trabalho classificados como ocupações qualificadas de execução, 10,1% exerciam atividade nos demais municípios da RMBH. Para além dos fluxos pendulares da capital para os demais municípios da RMBH, e vice-versa, deve-se sublinhar o movimento pendular entre municípios que não incluam a capital. Nesses casos, deve-se destacar a movimentação de trabalhadores que preenchem vagas classificadas como qualificadas de execução (13,8%).

Tabela 8 - Distribuição dos ocupados de 15 a 64 anos, por município de residência e deslocamento para o trabalho, segundo grupo e subgrupo ocupacional – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2009

(Em %)

Grupos ocupacionais	Residentes no município-sede				Residentes nos demais mun. da RMBH				
	Não-pendulares	Pendula-	Pendula-	Total	Não-pendulares	Pendulares com BH	Pendula-	Pendu-	Total
		res c/ demais mun. da RMBH	res demais casos (1)				res c/ demais mun. da RMBH	lares demais casos (1)	
Total	93,2	5,8	1,0	100,0	54,2	36,0	9,0	(2)	100,0
Direção e Planejamento	91,1	6,4	2,5	100,0	59,4	29,5	9,3	(2)	100,0
Execução	92,9	6,3	0,7	100,0	54,5	35,1	9,5	(2)	100,0
Qualificadas	88,7	10,1	0,3	100,0	49,9	34,2	13,8	(2)	100,0
Semiqualficadas	93,8	5,6	0,3	100,0	57,2	33,4	8,8	(2)	100,0
Não-qualificadas	96,6	(2)	(2)	100,0	51,3	41,1	7,1	(2)	100,0
Apoio	95,1	4,6	(2)	100,0	43,4	48,1	8,3	(2)	100,0
Mal definidas	94,7	(2)	(2)	100,0	72,7	19,2	7,5	(2)	100,0

Fontes dos dados básicos: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT, SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP)

- (1) Inclui ocupados que trabalham em mais de um município e aqueles que trabalham em município fora da RM
 (2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Em relação ao rendimento, o levantamento feito com dados da PED reitera a constatação apresentada em trabalhos com outras fontes de que os ocupados envolvidos em movimentos pendulares tendiam a ter, na média, melhores rendimentos que aqueles que trabalhavam no mesmo município em que residiam. Essas diferenças, contudo, são menores no presente, uma vez que a renda dos ocupados não pendulares havia crescido entre 1996 e 2009, ao passo que a remuneração dos pendulares retraiu, no caso particular daqueles que tinham o município-sede da RMBH como local de residência ou trabalho.

Assim, entre os residentes em BH, se os não-pendulares recebiam o equivalente a 76,5% da renda dos pendulares com os demais municípios da RMBH, em 1996, treze anos depois, essa proporção havia reduzido para 87,7%. Já entre os residentes nos demais municípios da RMBH, a equivalência de renda dos não-pendulares com os pendulares com Belo Horizonte havia evoluído de 87,9% para 92,3%, ao longo do período analisado. Tal comportamento da renda pode resultar em um menor estímulo à busca de inserções no mercado de trabalho que envolva essa pendularidade. Por outro lado, há que se ter em mente que a condição de ocupado ou não pode depender em elevado grau da disponibilidade de realizar deslocamentos diários, ou seja, a redução dessa diferença média na renda, pode significar que a disponibilidade para deslocamentos têm se naturalizado de tal maneira que não é mais um fator de compensação pecuniária.

Em direção oposta ao comportamento da renda dos ocupados pendulares analisados acima, evoluiu a renda dos pendulares residentes nos demais municípios da RMBH que trabalhavam em outros municípios da RMBH, uma vez que houve majoração média anual de 0,5%. Assim, enquanto a renda dos residentes nos demais municípios da RMBH pendulares com a capital havia recuado de R\$ 917 para R\$ 909, entre 1996 e 2009, a renda dos pendulares que não tinham a capital como local de residência nem de trabalho havia aumentado de R\$ 1.086 para R\$ 1.165, no mesmo período.

Tabela 9 - Rendimento real médio dos ocupados de 15 a 64 anos, por ano, segundo município de residência e deslocamento para o trabalho – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2009

Município de residência e deslocamento para o trabalho						(Em R\$ de Nov/09)		
	Ano					Taxas de crescimento (em % a. a.)		
	1996	2000	2003	2006	2009	2003/ 1996	2009/ 2003	2009/ 1996
Residentes no município-sede	1.377	1.206	1.114	1.227	1.454	-3,0	4,5	0,4
Não-pendulares	1.331	1.182	1.086	1.195	1.427	-2,9	4,7	0,5
Pendulares com demais municípios da RMBH	1.739	1.425	1.409	1.510	1.627	-3,0	2,4	-0,5
Pendulares demais casos (1)	2.883	2.250	(2)	2.789	3.128	-	-	0,6
Residentes nos demais mun. da RMBH	881	765	699	760	900	-3,3	4,3	0,2
Não-pendulares	806	711	641	697	839	-3,2	4,6	0,3
Pendulares com BH	917	774	741	799	909	-3,0	3,5	-0,1
Pendulares com demais municípios da RMBH	1.086	1.005	824	987	1.165	-3,9	5,9	0,5
Pendulares demais casos (1)	1.244	(2)	(2)	(2)	(2)	-	-	-

Fontes dos dados básicos: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT, SEDESE-MG e Fundação João Pinheiro (FJP)

Inflator utilizado: IPCA - BH (IPEAD).

(1) Inclui ocupados que trabalham em mais de um município e aqueles que trabalham em município fora da RMBH

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Considerações finais

Embora as regiões metropolitanas brasileiras sejam constituídas por lei, a dinâmica regional de algumas delas tem sido acompanhada por processos demográficos equivalentes. Com o arrefecimento dos grandes fluxos migratórios de longa distância, os movimentos intra-urbanos e, em especial, os intra-metropolitanos, assumem cada vez mais destaque nas análises. Associado a essas mudanças no componente migratório, os movimentos pendulares parecem se tornar como um amortecedor/incentivador de fluxos migratórios intra-metropolitanos, pois representam importante elemento na dinâmica da redistribuição espacial da população.

Os investimentos recentes em infra-estrutura viária na maior parte das RMs têm favorecido a desconcentração industrial e econômica que é acompanhada pela fixação/desconcentração da população. Assim, como pudemos ver, é cada vez mais importante a participação dos movimentos pendulares entre municípios do entorno metropolitano. Embora em termos absolutos e mesmo relativos, a sede metropolitana ainda seja importante pólo de atração, nota-se que surgem novos pólos de atração na RMBH, acompanhando processos similares que já podem ser notados, por exemplo, na RM de São Paulo, onde investimentos em pólos industriais nos municípios do entorno, somados à redistribuição da população nestes mesmos municípios, tem tido reflexos significativos para a reestruturação do espaço urbano metropolitano.

Os dados de mobilidade pendular, portanto, são importantes para identificar estes novos fluxos, pois representam elementos fundamentais para repensar os fluxos migratórios em áreas metropolitanas, especialmente onde a integração regional se torna mais evidente. De fato, pensar as migrações contemporâneas sem considerar a mobilidade espacial da população em seu sentido mais amplo, não é mais suficiente para entender os processos sociais subjacentes nos contextos metropolitanos. Uma fonte potencial de dados foi utilizada aqui para estimar os movimentos pendulares (ao menos em termos agregados do tipo sede

metropolitana e municípios do entorno, devido aos fatores de expansão da amostra). O uso da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), portanto, permite acompanhar esses processos para os períodos intercensitários e se constitui em uma fonte de dados muito rica, pois embora não permita desagregação no nível dos municípios, permite uma riqueza de detalhes em termos das características sociais e, em especial, das ocupações e do mercado de trabalho.

Referencias bibliográficas

- BAENINGER, R. e OJIMA, R. Novas Territorialidades e a sociedade de risco: evidências empíricas e desafios teóricos para a compreensão dos novos espaços da migração. *Papeles de Población*. Nueva Época, Año 14, N.58, Octubre-diciembre, 2008.
- BRITO, F.; HORTA, C. J. Minas Gerais: Crescimento Demográfico, Migrações e Distribuição Espacial da População. In: *Seminário Sobre a Economia Mineira, 2002*, Diamantina.
- BRITO, Fausto e AUGUSTO, Helder A. Migrações em Minas Gerais: Tendências Recentes a partir da Análise de suas Microrregiões. In: *Seminário sobre a Economia Mineira, 12, 2006*, Diamantina. Disponível na Internet http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006.
- BRITO, Fausto e SOUZA, Joseane. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *Revista Perspectiva*, Fundação Seade, Jan. 2006.
- CUNHA, José M. P e BAENINGER, Rosana. A Migração nos Estados Brasileiros no período recente: Principais tendências e mudanças. In *Encontro Nacional sobre Migração, 2, 1999*, Ouro Preto. Belo Horizonte: ABEP, 2000. p. 117-167.
- FEDERAL REGISTER (1998) OFFICE OF MANAGEMENT AND BUDGET (OMB), Part III: Alternative approaches to defining Metropolitan and Nonmetropolitan Areas; notice. vol. 63, n.244, December, Washington, DC.
- HOGAN, D.J. ; OJIMA, R. . Urban Sprawl: a Challenge for Sustainability. In: G. Martine, G. McGranahan, M. Montgomery and R. Castilla-Fernandez. (Org.). *The new global frontier: urbanization, poverty and environment in the 21st century*. 1 ed. London: IIED/UNFPA and Earthscan Publications, 2008, v. , p. 205-219.
- OJIMA, R.; SILVA, R.B. e PEREIRA, R.H. (2007). A Mobilidade Pendular na Definição das Cidades-Dormitório: caracterização sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro: IPPUR. v.21, n.2, 2007.
- RIBEIRO, L. C. Q. e LAGO, L. C. (1994), Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro/periferia em questão, *IPPUR/UFRRJ*, Rio de Janeiro.
- SCOTT, A.J.; AGNEW, J.; SOJA, E.W. e STORPER, M. (2001) *Cidades-regiões globais*. Espaço e Debates, nº 41, p.11-25.
- SOUZA, Joseane. A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: O Caso Específico do município de Ribeirão das Neves. Tese de Doutorado

defendida no Departamento de Demografia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/FACE/UFMG) em 27 de Fevereiro de 2008.

VAZ, Domingos M. Protagonismo urbano em territórios de baixa densidade: Uma reflexão sobre o caso da Beira Interior . Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Cidades, Campos e Territórios. Portugal, 2003.